



Diálogos

<http://dx.doi.org/10.4025.dialogos.v23i2>

ISSN 2177-2940
(Online)

ISSN 1415-9945
(Impresso)

Exercício no campo da história do tempo presente: o movimento indígena equatoriano no âmbito da CONAIE e do Pachakutik

<http://dx.doi.org/10.4025.dialogos.v23i2.43574>

Hoyêdo Nunes Lins

Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Brasil. E-mail: hnlins55@gmail.com

Jonatan Pozzobon Müller

Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Brasil. E-mail: mullerjonatan@gmail.com

Palavras-chave: História do tempo presente; Movimento indígena equatoriano.	Exercício no campo da história do tempo presente: o movimento indígena equatoriano no âmbito da CONAIE e do Pachakutik Resumo: O Equador sobressai na América Latina pela intensidade do seu movimento indígena. A Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador e o Movimento de Unidade Plurinacional Pachakutik – Novo País são pilares desse destaque. Concebido como história do tempo presente, o artigo examina a trajetória desse movimento, discutindo alguns dos seus principais resultados, como a inclusão da referência à plurinacionalidade e interculturalidade do Estado e da sociedade na Constituição do país. Utilizando fontes orais, com testemunhos vivos, o estudo ocupa-se de uma história em construção e mostra que esse movimento enfrenta desafios que clamam por equacionamento.
Key words: Current history; Ecuadorian indigenous movement.	An exercise in the field of current history: the Ecuadorian indigenous movement concerning CONAIE and Pachakutik Abstract: Ecuador stands out in Latin America for the intensity of its indigenous movement. The Confederation of Indigenous Nationalities of Ecuador and the Plurinational Unity Movement Pachakutik – New Country are cornerstones of this prominence. Prepared as current history, the article examines the trajectory of this movement, discussing some of its results, like the inclusion of the reference to plurinationality and interculturality, with respect to the State and society, in the country's Constitution. Employing oral sources, with living witnesses, the study looks at a history in construction and indicates that this indigenous movement faces challenges that deserve attention.
Palabras clave: Historia del tiempo presente; Movimiento indígena equatoriano.	Ejercicio en el campo de la historia del tiempo presente: el movimiento indígena equatoriano en el ámbito de la CONAIE y del Pachakutik Resumen: Ecuador sobresale en América Latina por la intensidad de su movimiento indígena. La Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador y el Movimiento de Unidad Plurinacional Pachakutik - Nuevo País son pilares de ese destaque. Concebido como historia del tiempo presente, el artículo examina la trayectoria de ese movimiento, discutiendo algunos de sus resultados, como la inclusión de la referencia a la plurinacionalidad e interculturalidad del Estado y de la sociedad en la Constitución del país. Utilizando fuentes orales, con testimonios vivos, el estudio trata de una historia en construcción e indica que ese movimiento indígena enfrenta desafíos.

Artigo recebido em: 04/07/2018. Aprovado em: 01/10/2018.

Introdução

A América Latina presenciou nas últimas décadas um recrudescimento das ações políticas de base indígena. São ilustrativos os movimentos zapatistas no México, nos anos 1990, e o *Movimento al Socialismo*, que culminou na chegada de um indígena à cúpula do Estado boliviano em 2006. O componente étnico se destaca nesse quadro, que parece representar uma inflexão, em algum grau, na história do subcontinente.

O Equador figura entre os países nos quais esse processo exibiu particular intensidade. É significativo que o país tenha adotado, em 2008, uma Carta Constitucional que caracteriza aquele Estado como plurinacional e intercultural. Sobressaem nos correspondentes movimentos a Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE) e o Movimento de Unidade Plurinacional Pachakutik – Novo País (MUPP-NP), ou simplesmente Pachakutik, devido à representatividade e capacidade de mobilização e às logradas realizações.

Este artigo aborda o movimento indígena incrustado no funcionamento da CONAIE e do Pachakutik desde a criação dessas instituições, nos anos 1980 e 1990, pela ordem. O objetivo é analisar suas entrelaçadas trajetórias, indicando os fatores internacionais e domésticos subjacentes, e os resultados mais relevantes das respectivas ações, assim como alguns de seus principais impasses. A base do estudo é dupla: pesquisa bibliográfica e

documental, efetuada no Brasil, e pesquisa direta, desenvolvida no segundo semestre de 2012, incluindo consultas a arquivos de instituições equatorianas e, principalmente, entrevistas com lideranças indígenas.

Essa caracterização atribui ao estudo um perfil de exercício em história do tempo presente, campo de pesquisa em história que ganhou vigor desde o final da década de 1970. Traduzindo-se pela incorporação do “imediate” nos domínios perscrutados pelo historiador, essa área emergiu na França e depois se espalhou internacionalmente.

Dedica-se a primeira seção do artigo a uma breve apresentação da problemática e do método da história do tempo presente. Em seguida, fala-se da trajetória dos movimentos políticos de base indígena na América Latina, para contextualizar a experiência equatoriana. Na terceira seção, focalizam-se o surgimento e a atuação da CONAIE e do Pachakutik, mencionando impulsos nos planos internacional e doméstico. Na quarta seção, examinam-se as repercussões do movimento indígena equatoriano, focalizando realizações e apontando contradições. Ao final, extraem-se conclusões e apontam-se desafios para o presente e o futuro desse movimento.

História do tempo presente: uma nota sobre o enfoque

Por história do tempo presente se indica, como assinalado, campo de pesquisa histórica que adquiriu força e visibilidade crescente desde meados dos anos 1970,

estabelecendo-se primeiramente na França e angariando adeptos em diferentes países.

Contexto e sentido da abordagem

Essa abordagem caracteriza-se, como apontado no próprio nome, pela incorporação do presente ao leque de interesses do historiador. O emprego de fontes orais mostra-se central, remetendo à investigação junto a atores históricos vivos, como salienta Rouso (2000).

Singular, o campo do tempo presente o é em primeiro lugar na sua própria definição. Ele cobre uma sequência histórica marcada por duas balizas móveis. A montante, essa sequência remonta até os limites da duração de uma vida humana, como sendo um campo marcado primeiramente e antes de tudo pela presença de “testemunhas” vivas, o traço mais visível de uma história ainda em devir. A “testemunha” é tanto uma presença real, um contemporâneo de carne, sangue e lembranças, que condiciona o trabalho do historiador quer ele queira ou não, quanto uma figura reconstituída, um “personagem histórico” ao qual o pesquisador, pelas necessidades da causa, dá um estatuto particular, escolhendo-o, solicitando-o, interrogando-o. A jusante, essa sequência é delimitada pela fronteira, frequentemente delicada a situar, entre o momento presente – a “atualidade” – e o instante passado. (PESCHANSKI; POLLAK; ROUSSO, 1991, p. 14, tradução nossa).

Tudo somado, e falando amplamente, a história do tempo presente configura uma inflexão epistemológica na historiografia. De fato, “[...] os questionamentos levantados e a busca de sentido induzem, ao mesmo tempo, um enfoque histórico inédito no método e uma

relação diferente com o tempo dentro do par objeto/passado – historiador/presente. (BÉDARIDA, 2001, p. 155, tradução nossa).

O contexto da sua ascensão incluiu as transformações econômicas e políticas das últimas décadas do século XX (globalização, queda do Muro de Berlim, fim da ordem bipolar leste-oeste), que impuseram narrativas analíticas e interpretações escoradas em “arquivos” cuja constituição era contemporânea ou da atualidade. O contexto também abrangeu os registros e memórias (incrustados no cotidiano de testemunhas vivas) de situações ou experiências anteriores e tão marcantes quanto o nazismo e o comunismo, ou outras relacionadas à vertiginosa sequência de duas guerras mundiais intercaladas por dois decênios crivados por turbulências diversas.

Trata-se, portanto, de domínio cuja constituição e cujo progresso são dependentes do seu próprio tempo, sobressaindo uma espécie de concomitância entre o objeto de estudo histórico e o processo de produção de conhecimento a seu respeito. Observe-se que essa simultaneidade figura no centro da crítica recebida pela história do tempo presente ao longo da sua trajetória. Grande parte das desqualificações manifestadas relacionou-se, com efeito, a uma (alegada) falta de profundidade temporal.

No contexto geral da pesquisa em história, esse campo permaneceu, assim, sob suspeita. Na visão tradicional, tratava-se de história “Excessivamente política, manuseando

escalas temporais reduzidas demais [...]” (GARCIA, 2003, p. 3, tradução nossa). Ao uso de arquivos históricos antigos, explorados pela *expertise* de historiadores dignos desse nome, tal história contrapunha, segundo os críticos, procedimentos que evocavam, quando muito, um jornalismo com maior densidade de conteúdo.

Desse modo, os praticantes e partidários da história do tempo presente depararam-se desde logo com a necessidade e o desafio de lograr legitimidade epistemológica e se desvencilhar da aparência de uma produção historiográfica a serviço, como vários entendiam ser o caso, dos interesses políticos de momento. A criação na França, no final dos anos 1970, de um laboratório – no contexto do *Conseil National de Recherche Scientifique* (CNRS) – com o nome de *Institut d’Histoire du Temps Présent*, representou um importante passo nesse sentido.

Demanda social, testemunho, memória: traços básicos

A abordagem em questão necessitou construir e executar uma estratégia de legitimação para se estabelecer. “Em particular, ela integrou a seus argumentos centrais a necessária relação mantida com a demanda social.” (DELACROIX, 2004, p. 106, tradução nossa). Essa demanda, esclarece Rousso (2000), se manifesta em expectativas, ou até em reivindicações da sociedade, que

podem resultar em iniciativas de investigação a serem protagonizadas pelo historiador. Isso significa que o impulso e mesmo a definição de tais atividades podem derivar de vetores externos ao meio científico.

Além de origem externa nesses termos, trata-se também de objetivos com sentido distinto comparativamente aos que caracterizam as atividades de pesquisa nascidas no meio científico. Esse traço chama a atenção para os aspectos éticos da atividade do historiador, os quais lhe constituem uma importante dimensão: trata-se aqui de um dos fundamentos da responsabilidade do pesquisador em história, “Uma responsabilidade tanto social quanto moral, e que se situa no entrecruzamento do passado, do presente e do futuro.” (BÉDARIDA, 1998, p. 22, tradução nossa).

Uma questão espinhosa no enfoque considerado refere-se à própria definição de tempo presente. Isso poderia surpreender, não fosse o próprio tempo, *tout court*, um assunto enigmático. Vale recordar, em relação ao assunto, o aforismo de Santo Agostinho (1996, p. 322) sobre o significado do tempo, de uma forma geral: “Se ninguém mo perguntar, eu sei; se o quiser explicar a quem me fizer a pergunta, já não sei.”

Seja como for, como se demarcaria o tempo presente nesse terreno dos estudos históricos? A questão é objeto de debate e controvérsia. Garcia (2003) indica posições para as quais esse tempo corresponderia à existência de testemunhas vivas dos

acontecimentos estudados, permitindo o uso de fontes orais. Entretanto, esse “conteúdo” do tempo presente representaria interdição à pesquisa caso as testemunhas deixassem de existir? O problema, como se falou, suscita indagações, além de animar discussões entre os interessados nessa historiografia.

De toda maneira, se a presença do testemunho vivo não é critério único, sua ocorrência apresenta-se como nuclear à abordagem. Isso quer dizer que a memória cumpre um papel crucial nesse domínio: como frisa Bédarida (2001, p. 158, tradução nossa), “[...] a especificidade da história do tempo presente é de se construir com testemunhas vivas [...]”, de modo que, com o surgimento desse enfoque, “[...] o historiador encontra-se constantemente confrontado a uma memória viva.” (BÉDARIDA, 2001, p. 180, grifo do autor, tradução nossa).

O movimento indígena equatoriano, consubstanciado na atuação da CONAIE e do Pachakutik, possui testemunhas. Estas são, em boa parte, os próprios agentes desse movimento. Abordar, descrevendo e discutindo, as atividades de ambas as instituições representa, assim, exercício de história do tempo presente. Tal iniciativa, pode-se considerar, possuiria uma demanda também social. Em subcontinente, como o latino-americano, onde é grande a participação de contingentes indígenas nas populações de diversos países, e as adversidades enfrentadas por tais grupos têm provocado reações de vários contornos e alcances, há de ser efetivo

o interesse pela história das ações de organismos como a CONAIE e o Pachakutik.

Para contextualizar: movimentos nacionais populares na América Latina

Desconfiado de uma história puramente factual, Fernand Braudel assinala que para falar sobre o presente, o pesquisador deve se afastar da realidade perscrutada, recuando no tempo (BRAUDEL, 1992). A observação de trajetórias construídas desde os anos 1980 e 1990 – efetuada no calor dos acontecimentos, com testemunhas que são parte do processo – há de ficar mais rica se precedida de uma contextualização da problemática de que se trata. Esse é o propósito desta seção.

Um percurso longo e com forte participação indígena

É longa a trajetória dos movimentos políticos na América Latina, e sua estridência e intensidade, assim como seus objetivos e resultados, apresentam-se variados conforme as experiências. Foi assim no período colonial, e o fim desse ciclo, no início do século XIX, não arrefeceu a dinâmica, talvez antes o contrário, como informado em Dozer (1966). Notadamente no século XX, tais movimentos foram conduzidos, em geral, por forças de perfil nacional popular, com participação tanto de trabalhadores industriais urbanos como de contingentes do meio rural.

Em experiência peruana nos anos 1960,

por exemplo, essas forças reivindicavam reforma agrária efetiva e também reforma urbana. Miravam igualmente a recuperação do que entendiam como soberania nacional, pelo cancelamento de acordos lesivos aos interesses do povo. Isso implicava combater o que identificavam como “[...] três grupos principais que se opunham a essa ‘revolução nacional popular’: os imperialistas norte-americanos, a grande burguesia e os grandes proprietários de terra.” (PETRAS, 1970, p. 175, tradução nossa).

Em diferentes países, sobretudo no meio rural, essa movimentação política sempre exibiu forte envolvimento de populações indígenas. Isso se traduziu em insurgências que, abrangendo invasões de terras, incluíam desde mobilizações de massa até ações armadas com índole revolucionária.

Considerar o assunto requer salientar que, na história da América Latina, os índios raramente usufruíram (se é que isto ocorreu alguma vez) de *status* político nas suas interações com a sociedade (BARRACLOUGH, 1970). Desde o início, o capitalismo dispensou às comunidades indígenas o tipo de tratamento que melhor atendia aos seus interesses, e isso pouco (talvez jamais) representou benefícios efetivos para esses grupos. Com efeito, o “[...] desenvolvimento capitalista e suas instituições transformaram todo o tecido da sociedade indígena, sendo que o modo e a qualidade da vida indígena continuaram a ser assim determinadas desde então.” (FRANK, 1967, p.

130, tradução nossa).

A intensa participação de indígenas nos movimentos nacionais populares latino-americanos repertoriados na América Latina pode ser vista, portanto, como reação a uma imposta e longamente mantida condição de inferioridade. De fato, “Comunidades indígenas foram transformadas em reservas de força de trabalho da economia colonial. Sistemas de servidão e trabalho forçado em *plantations*, minas e oficinas constituíram a base do sistema econômico.” (STAVENHAGEN, 1970, p. 267, tradução nossa). A independência da América espanhola não significou muita coisa, se alguma, na alteração da maneira como os indígenas se relacionavam com a sociedade em geral. Após a independência,

Apesar da igualdade legal de todos os cidadãos (incluindo os indígenas), vários fatores se conjugaram para manter o caráter “colonial” dessas relações. [...] [Q]uando a igualdade legal foi declarada, o indígena encontrava-se efetivamente em condição de inferioridade relativamente ao resto da população, em todas as áreas da vida econômica e social. (STAVENHAGEN, 1970, p. 270-271, tradução nossa).

Nas últimas décadas do século XX, a América Latina passou a registrar progressos em direções que Domingues (2009) assimila à ideia de “giros modernizadores”. Isso inclui democracia representativa, multiplicação de esferas públicas e modalidades alternativas de governo na esfera local. Em conjunto, tais avanços rimam com maior organização e com canalização e defesa de interesses de camadas

da população historicamente castigadas por condições adversas de reprodução social, representação política mesmo manifestação cultural.

Mas isso não significa a supressão, quiçá a atenuação efetiva, de grandes e estruturais problemas. Por exemplo, “Permanecem profundas as divisões de classe, étnicas, raciais e de gênero [..., as quais] influenciam decisivamente a vida econômica, cultural e política.” (DOMINGUES, 2009, p. 197). De outra parte, a heterogeneidade das realizações é a regra, já que

[...] há construções espaço-temporais regionalizadas, com seus próprios ritmos, configurações, densidades, processos de intercâmbio com a natureza, relações de poder e padrões simbólico-hermenêuticos, em um processo evolutivo multilinear em que as subjetividades coletivas exercem sua criatividade.” (DOMINGUES, 2009, p. 203).

Conteúdo étnico e componente econômico

A intensa participação de grupos indígenas agrega um forte ingrediente étnico aos movimentos políticos do subcontinente. A rigor, o componente étnico tem longa presença histórica nas interações desses contingentes, pois “Os índios da América Latina sempre tiveram um profundo senso de sua diferença étnica em relação aos brancos e mestiços, [...] e isto foi reforçado e institucionalizado pelo sistema colonial espanhol [...]” (HOBSBAWM, 1990, p. 82).

Nos movimentos políticos de base indígena impulsionados na América Latina

nas últimas décadas, o elemento étnico tem forte incidência porque, notadamente, a liderança política, intelectual e ideológica é protagonizada por indígenas, no que configuraria uma rotação descolonial (MIGNOLO, 2006). O descontentamento com as políticas neoliberais dos anos 1980 e 1990 subjaz às ações desencadeadas, que recorrentemente expressaram a recusa de diferentes aspectos da ordem estabelecida.

É importante qualificar o peso do componente étnico nesse caldo de insurgência e seus processos subjacentes. Merece realce o repetido fato de que “[...] as minorias étnicas se mobilizam quando ecossistemas indígenas são redefinidos como ‘ativos nacionais’ a serem utilizados para sustentar a participação nacional na economia mundial” (DUNAWAY, 2003, p. 26, tradução nossa). Essa postulação evoca a centralidade dos determinantes econômicos no envolvimento indígena, logo, no caráter étnico dos movimentos com a participação desses grupos. Tal centralidade constitui fato, sobretudo, quando os recursos dos territórios indígenas despertam forte interesse junto ao capital internacional.

Nesse diapasão, pode-se considerar tratar-se amplamente – embora não exclusivamente –, em tais movimentos, de reação a processos que Harvey (2011, p. 197) caracteriza como de “acumulação por despossessão”. A expressão aponta dinâmica que

[...] assume uma variedade infinita de formas em diferentes lugares e épocas. A

lista dos destituídos e despossuídos é tão imponente como longa. Inclui todas as populações camponesas e indígenas expulsas da terra, privadas de acesso a seus recursos naturais e modos de vida por meios ilegais e legais (ou seja, sancionados pelo Estado), coloniais, neocoloniais e neoimperialistas, e forçosamente integradas ao mercado comercial (em oposição ao escambo e outras formas costumeiras de troca) pela monetização e tributação violenta.

Como se nota, é forte o caráter étnico dos movimentos nacionais populares latino-americanos, mas a questão indígena apresenta fortes determinações econômicas, ainda que estas não sejam as únicas. Historicamente, isso emerge, em particular, com respeito ao sistema de propriedade da terra e suas consequências (MARIÁTEGUI, 1979), não surpreendendo que a exigência de reforma agrária, antes de outras providências, tenha frequentemente orientado as ações insurgentes. Com efeito, sobre a problemática indígena, é basicamente de relações econômicas que se trata na assertiva de Frank (1967, p. 135, tradução nossa), segundo a qual, na América Latina, as relações entre índios e outros grupos da sociedade “[...] não se mostram nunca como relações de igualdade. O índio é sempre explorado”.

Não é redundante indicar que a estrutura do Estado constitui foco privilegiado nessa insurgência. Do poder público estatal, os movimentos de perfil rebelde exigiriam, com frequência,

[...] uma determinação mais nacional popular ou, se se quiser, mais societária, perante setores menos democráticos da sociedade [...] e, sem dúvida [...] [,

também uma encarnação, no plano estatal, do] nacional contra setores antinacionais da sociedade. (ZAVALETA MERCADO, 1986, p. 59, tradução nossa).

Em virtude da contemporaneidade do recrudescimento dessa insurgência, as correspondentes caracterização e interpretação, no campo da história, hão de significar um exercício de história do tempo presente, nos termos apresentados. É desse tipo de procedimento que se trata na sequência, em relação ao movimento indígena equatoriano ligado à CONAIE e ao Pachakutik.

História do tempo presente do movimento indígena equatoriano: criação e atuação da CONAIE e do Pachakutik⁷

O Equador sobressai entre os países latino-americanos com maior participação de populações indígenas. Explorando os dados do Censo Demográfico de 2001 para aquele país, Silverio Chisaguano (2006) situou-o em quarto lugar no subcontinente, os contingentes das treze nacionalidades indígenas registradas representando, agregadamente, 1/5 da população nacional. Embora os números possam variar, conforme os critérios utilizados nessa contabilidade, o Equador aparecia, quanto a essa participação, atrás somente de Bolívia, Guatemala e Peru. Note-se que quase 92% da população indígena equatoriana se concentrava na área rural.

Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE)

A CONAIE, criada em 1986 no Primeiro Congresso de Nacionalidades Indígenas do Equador, é uma das organizações indígenas mais importantes desse país. Três organismos regionais outorgam-lhe cobertura nacional: Equador Runacunapac Richarimui (ECUARUNARI); Confederação de Nacionalidades Indígenas da Amazônia Equatoriana (CONFENIAE); Confederação de Organizações Indígenas da Costa Equatoriana (COICE). Gravitam-lhe em torno instituições mais ou menos locais (cooperativas, associações) e grupos indígenas com diferentes graus de autonomia, representando a CONAIE o espaço de articulação das respectivas ações (GUERRERO, 1996).

A forma de operação evoca uma rede, destinada a traduzir demandas particulares em ideários políticos amplos e inclusivos. Não sem conflitos internos, as práticas costumam convergir, interpelando as históricas desigualdades e a duradoura discriminação dos indígenas. O congresso, periodicamente realizado, é o âmbito máximo de autoridade, seguido pela assembleia geral e depois pelo conselho de governo ampliado, com presidente, vice-presidente e dirigentes temáticos.

É útil olhar para o movimento indígena equatoriano por meio da chave proposta por Touraine (1965) para identificar movimentos sociais. Segundo o autor, “[...] a ação de todo grupo de interesses apoia-se em um princípio de identidade, um princípio de oposição e um

princípio de totalidade [...] [e] só se pode falar de ação histórica de movimentos sociais [...] se esses três princípios coexistem e são ligados uns aos outros.” (TOURAINÉ, 1965, p. 185, tradução nossa). Abordando com base nessa proposta o movimento zapatista que eclodiu no México em meados dos anos 1990, Castells (2010) propugnou ser fundamental discernir, sobre aquela insurgência, a identidade (autodefinida), o adversário (alvo principal das ações) e o visado modelo social (tipo de ordem social buscada mediante as iniciativas).

Levando em conta esse enfoque, ressalta-se que a identidade do movimento indígena equatoriano transparece na autodefinição trazida pelo documento intitulado *Proyecto político de la CONAIE* (CONAIE, 1994, p. 6, tradução nossa):

Os povos e nacionalidades indígenas, após longos anos de resistência e luta combativa, nos organizamos para colocar fim a cinco séculos de opressão, miséria e pobreza; e temos como objetivo primordial construir um Estado alternativo e a instauração de um governo plurinacional democrático que vele pelos interesses de todas as nacionalidades que conformamos o Equador [...].

Vendo-se como longamente oprimidos, atingidos em sua dignidade de povos originários e nos seus direitos sobre recursos e atributos territoriais, o movimento indígena tem no Estado o foco primordial das suas investidas. Em CONAIE (1994, p. 7, tradução nossa), lê-se, de fato, que “Nossa meta não é a simples tomada do poder de governo, e sim a transformação da natureza do atual poder do

Estado uninacional hegemônico, excludente, antidemocrático e repressivo [...]” E o embate contemplado tem um largo escopo de realizações, o qual pode ser assimilado ao modelo social almejado pelo movimento:

Nossa luta vai mais além das simples reivindicações isoladas. Nossa luta propugna solucionar os postergados problemas de terra e territorialidade, industrialização, desemprego e subemprego, habitação, educação, saúde e a terrível marca social e humana da discriminação e segregação social. (CONAIE, 1994, p. 7, tradução nossa)

Olhando para o funcionamento da instituição, cabe ressaltar que, além do significado como cimento ideológico e identitário, a força da organização repousa no papel da CONAIE como canalizadora dos recursos financeiros destinados aos indígenas, refletindo interlocução com importantes esferas do Estado e nutrindo a capacidade de mobilização. Isso significa que, embora a CONAIE reivindique autonomia frente ao Estado, alvo principal de suas ações, tal esfera representa o seu principal interlocutor (SERRANO, 2001). É que, se os recursos provêm majoritariamente da cooperação internacional, através, por exemplo, de organizações não governamentais (ONGs), o Estado opera como filtro, conforme depoimento – que representa testemunho de uma importante fonte oral, cujo uso é base do método da história do tempo presente – do Vice-presidente da CONAIE em entrevista realizada em Macas (em 6 de dezembro de 2012).

A grande fonte de financiamento do movimento indígena é a cooperação internacional, basicamente as organizações não governamentais (ONGs). Cerca de 70% dos nossos recursos têm essa origem. A ajuda internacional proveniente de organismos internacionais, como OIT [Organização Internacional do Trabalho], ONU [Organização das Nações Unidas] ou BID [Banco Interamericano de Desenvolvimento], não é permanente e, se bem existiu no passado, foi muito escassa. Além do mais, os recursos provenientes desses organismos passam primeiro pelas mãos do Estado, e somente depois são canalizados para as organizações indígenas. A imensa maioria acaba se perdendo na burocracia governamental. O Estado exige o nosso apoio político para repassar o dinheiro. Como estamos abertamente em oposição às políticas públicas até aqui executadas, somos punidos com o não repasse das verbas.

Contudo, o uso dos recursos financeiros que chegam ao movimento indígena não é isento a críticas. Para o Presidente da CONFENAIE, em entrevista realizada em Puyo (em 16 de dezembro de 2012), é necessário aperfeiçoar urgentemente as práticas do manuseio. Essa fonte oral admitiu que

É importante sermos autocríticos e reconhecermos que muito do dinheiro de que dispõe o movimento indígena, sobretudo o amazônico, não é administrado de forma estratégica. É difícil aferir as quantias, mas não seria exagero afirmar que somente cerca de 30% dos recursos financeiros foram empregados em atividades e programas que realmente trouxeram benefícios concretos às populações indígenas. Somos conscientes de que temos muito a avançar nessa matéria. Por isso mesmo, o movimento tem destinado bastante energia à capacitação de recursos humanos.

Movimento de Unidade Plurinacional Pachakutik – Novo País (MUPP-NP)

Em 1995, a estrutura correspondente à CONAIE viu surgir o Movimento de Unidade Plurinacional Pachakutik – Novo País (MUPP-NP), ou simplesmente Pachakutik, por conta de reforma eleitoral que, entre outras coisas, estimulou a participação de organizações locais ou regionais nos pleitos. Nos debates sobre essa presença das organizações indígenas, constituiu-se um polo congregando os setores amazônicos, mais pragmáticos, e outro formado pelos setores da região serrana, de posições mais ideológicas.

Assunto chave foi o posicionamento quanto à participação eleitoral, embate em que prevaleceu o grupo favorável, ligado aos setores amazônicos. O contexto político, assinala-se, era de fortes disputas em torno das propostas neoliberais do governo de Durán Ballén, rechaçadas em consulta popular realizada em 1994.

A concepção do MUPP-NP transcendia os interesses do movimento indígena (ESTATUTOS..., [S.d.]). Na composição de candidaturas ao processo eleitoral, envolveram-se, além de dirigentes indígenas, também líderes de trabalhadores e de outras categorias, como a dos professores universitários (SÁNCHEZ, 2007). Todavia, cresceu a dependência do MUPP-NP em relação àquele movimento, a reboque da construção da identidade indígena nessa organização, paralelamente à progressiva desvinculação dos outros grupos. Nesse processo, a disputa interna avultou, junto com o aumento da influência do Pachakutik nas

decisões governamentais.

No primeiro congresso nacional do MUPP-NP, em agosto de 1999, os integrantes que ocupavam cargos públicos foram instados a prestar contas de suas atividades. O pano de fundo era o dilema entre opor-se ao poder estabelecido e dele participar, ou seja, o confronto entre projetar-se como alternativa e fazer parte do sistema. No segundo congresso, em setembro de 2001, os conflitos se acirraram, mas as condições favoreceram os setores indígenas. O Pachakutik deslizou, assim, para o completo controle da CONAIE.

A preponderância dessa organização no Pachakutik não poupou o movimento indígena de dificuldades. Adversidade particular crivou o período do início de 2003 a meados de 2005, com as políticas do governo de Lucio Gutierrez, contrárias à posição de representantes do Pachakutik na administração (participação decorrente de aliança política baseada em expectativas de ações públicas). A representação do partido deixou o governo, que passou a sofrer, logo depois, forte oposição da CONAIE.

O temor de que a CONAIE ampliasse o confronto levou o governo à cooptação, pela entrega do Ministério de Bem-Estar Social a um ex-presidente da organização que dirigia os indígenas amazônicos. Tratou-se de um duro golpe, e somente aos poucos a capacidade organizativa da CONAIE foi recuperada, sob o comando de antigas lideranças.

Impulsos do movimento indígena

equatoriano

O movimento indígena em foco possui determinantes tanto gerais como próprios ao Equador. O contexto internacional da sua intensificação, relativamente ao protagonismo da CONAIE, abrangia o interesse pelos problemas indígenas em instituições como a Organização das Nações Unidas (ONU), que no início dos anos 1980 criou o Grupo de Trabalho sobre as Populações Indígenas (GTPI) (KEMPF, 2007). Essa atenção mostrou-se crescente e resultou na aprovação, em 2006, do projeto da Declaração sobre os Direitos dos Povos Indígenas, no âmbito do Conselho de Direitos Humanos da ONU.

Nessa espiral, expandiram-se as reivindicações de proteção da biodiversidade nos territórios indígenas. O processo repercutiu na busca de reconhecimento político junto à ONU e em investidas por meio seja do direito internacional vinculado aos direitos humanos, seja do direito internacional ambiental. Resultados importantes foram logrados nesse plano jurídico (BERRAONDO LÓPEZ, 2006), tendo o reconhecimento internacional desses direitos reverberado na América Latina (Bolívia, Equador, Venezuela), onde a internacionalização das demandas indígenas revelou-se consequente (ROYO, 2007).

Portanto, no contexto geral do recrudescimento do movimento indígena equatoriano, ressalta o crescente apelo internacional dos problemas dessas

comunidades. Mas a manifestação desse interesse no país deve ser relacionada a aspectos específicos da conjuntura nacional.

Os anos 1980 e 1990 foram de renitente crise econômica no Equador, ocorrendo aumento da pobreza e da concentração de renda e riqueza. Tiveram forte impacto as políticas de ajuste macroeconômico, executadas sob a orientação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial com vistas aos problemas do endividamento externo, cuja crise eclodiu após a redemocratização, em 1974. As medidas precipitaram ebulição social em economia que, desde o início da década de 1970, tinha no petróleo a maior fonte individual de receitas de exportação. Devido à “[...] correlação evidente entre o mapa da pobreza e o mapa étnico” (BARRERA, 2002, p. 93), a turbulência significou, antes de tudo, movimentação indígena, com perfil nacional popular.

Nos governos dos anos 1980, essa movimentação agudizou-se especialmente na gestão de Borja Cevallos (1988-1992), cuja fidelidade às metas de ajuste econômico frustrou expectativas com respeito à melhora nos níveis de desemprego, miséria e desnutrição (MAYA, 1993). Com o recuo do movimento sindical, na esteira da desindustrialização e da flexibilização das relações de trabalho, um fortalecido movimento indígena passou a atrair diversos segmentos para a sua órbita. Em suma, o terreno era propício à intensificação da insurgência, e esta se materializou sob

liderança indígena.

Escorou essa rebeldia um acúmulo de condições em que sobressaiu, nos anos 1960 e 1970, a desintegração do poder local marcado pela dominação étnica no meio rural. Esse processo teve nos ciclos de reforma agrária um vetor essencial (PONCE, 2012; GUERRERO, 1996). Foi importante nessa mudança o papel da Igreja Católica, assim como o desempenho das lideranças indígenas em áreas urbanas, uma presença ligada à forte migração interna no país desde os anos 1960 (SERRANO, 2001).

Assim, além da deterioração das condições de vida nas décadas de 1980 e 1990, subjaz à intensificação do movimento indígena assimilado à CONAIE o amadurecimento de processos em curso desde décadas anteriores. Nesse contexto, aludir ao Primeiro Levante Indígena Nacional (1990), à Marcha dos Pueblos Amazônicos (1992) e ao Segundo Levante Indígena Nacional (1994), quando contingentes andinos paralisaram longamente o Equador, significa reconhecer a importância dessa conjugação de fatores, particularmente o seu conteúdo histórico (GUERRERO, 1997).

O enredo básico não mudou nos governos desde os anos 1990, a maioria de duração breve e persistente em privatizações, reformas trabalhistas pela flexibilização das relações e mudanças na seguridade social. Decorreu disso a Greve Cívica Nacional, em fevereiro de 1997, que precipitou a derrubada de Bucaram Ortiz, cujo governo registrou uma

exacerbação da agitação social (ACOSTA, 2006), com fortalecimento do movimento indígena: o Pachakutik, criado nesse ambiente, influenciou a derrocada dessa gestão. Registre-se que as ações governamentais do período estimularam a dolarização da economia. No governo de Noboa Bejarano (2000-2003), abandonou-se a moeda nacional, em meio a reformas envolvendo a criação de um fundo de estabilização e o aumento das privatizações e da flexibilidade nas relações trabalhistas.

Assinalou-se anteriormente que as populações indígenas foram especialmente atingidas pelas adversidades ligadas às políticas de cunho neoliberal executadas nos anos 1980 e 1990 no Equador, e que a rebelião em face do agravamento das condições tomou essencialmente a forma de reação desses grupos, logo, tingida de forte conteúdo étnico. É importante sublinhar agora que o próprio movimento indígena atribui às questões ligadas à economia um papel central na sua ascensão nesse período. No *Proyecto político de la CONAIE* (CONAIE, 1994, p. 5, tradução nossa), lê-se

Que no Equador o ‘problema do índio’ não é somente um problema pedagógico, eclesástico ou administrativo, como assinalam os setores dominantes: senão que é fundamentalmente um problema econômico-político estrutural, e por isso mesmo um problema nacional [...].

Esse quadro não difere muito, quanto ao papel dos determinantes econômicos na movimentação indígena, de outra importante experiência de insurreição desses povos na

América Latina: a referente ao movimento zapatista, surgido no sul do México. Castells (2010) argumenta que, embora seja multissecular a opressão sofrida pelos indígenas mexicanos, representando duradoura situação de insegurança e adversidade, foram as políticas de liberalização da economia mexicana nos anos 1990, notadamente em associação com o envolvimento do país no Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA na sigla em inglês), que deflagraram a rebelião.

Manifestações (pacíficas) ocorreram em 1993 e 1994, fruto de percepção sobre as duras consequências sociais e econômicas, como no âmbito da pequena agricultura. A fraca repercussão e as escassas consequências encaminham o movimento à luta armada.

Em outras palavras, os indígenas – maioria entre os camponeses que protagonizaram aquela experiência – sofreram opressão durante séculos, mas foi a conjunção de fatores incidentes nos anos 1990 que produziu a insurgência zapatista. Como escreveu Castells (2010, p.101),

Foi somente após 1992, quando as promessas de reforma continuaram sendo apenas promessas, e quando a situação de penúria das comunidades [...] agravou-se ainda mais em razão do processo de modernização econômica do México, que os militantes zapatistas montaram sua própria estrutura e deram início aos preparativos para a guerra de guerrilha.

Isso não significa ausência de importância de questões étnicas, de índole identitária e cultural. Para Castells (2010, p.

71) a etnia, representando “[...] fonte fundamental de significado e reconhecimento [...] [, constitui base] para o surgimento de revoltas na luta por justiça social, como no caso dos índios mexicanos em Chiapas em 1994 [...]”. É fato que esses “[...] rebeldes reafirmaram seu orgulho indígena e lutaram pelo reconhecimento dos direitos dos índios na Constituição Mexicana. Contudo, não parece que a defesa da identidade étnica constituiu elemento predominante no movimento.” (CASTELLS, 2010, p. 102).

A situação no Equador evoca igualmente a experiência boliviana. Em janeiro de 2006, um indígena aimará foi empossado como Presidente da República nesse país, após vitória eleitoral do seu partido, o *Movimiento al Socialismo* (MAS). Esse resultado é incompreensível se desvinculado da espiral de revoltas populares que, em vez de majoritariamente conduzidas ou impulsionadas por sindicatos ou por estruturas partidárias tradicionais, implicaram ampla e intensamente os contingentes indígenas, cuja presença na população boliviana é muito grande.

O cenário incluiu revoltas, nos anos 1990 e 2000, principalmente contra: iniciativas públicas de, sob pressões dos Estados Unidos, combate ao cultivo de coca, uma atividade disseminada entre indígenas e que é também representativa de resistência cultural; políticas neoliberais de controle da inflação, abrangendo liberalização do comércio externo e privatizações; medidas governamentais de concessão a empresas estrangeiras do serviço

de fornecimento de água potável em Cochabamba e La Paz; projeto de exportação de gás natural pelo sistema portuário do Chile (um inimigo histórico da Bolívia). Nesse ambiente de ebulição, ganhou vulto na Bolívia

[...] um movimento, mescla de esquerda rural e urbana, sindicalismo e etnia, capaz de articular um discurso anti-neoliberal e anti-imperialista e incorporar uma visão étnico-cultural andina que interpela outros setores empobrecidos e marginalizados da sociedade boliviana. (STEFANONI, 2003, p. 59-60, tradução nossa).

Exibindo a tríplice dimensão de classe, etnia e território, como salienta Lins (2009), os referidos conflitos se enfeixaram em reações contra as fortes investidas neoliberais registradas na Bolívia (como na América Latina de uma forma geral) nos anos 1980 e 1990. Os efeitos desse ímpeto se revelaram dramáticos em país marcado por profundas desigualdades, e onde condições especialmente adversas têm sido amargadas por contingentes indígenas e camponeses instalados sobretudo em ambientes andinos.

Observe-se que o movimento conhecido como katarismo (termo derivado de Tupac Katari, nome de indígena aimará líder de rebelião contra os espanhóis no século XVIII), crescente a partir do final dos anos 1960 e consolidado em meados dos 1980, há de ter permeado a ascensão insurgente que resultou na vitória eleitoral do MAS. Aspecto a ser destacado é que tal movimento representou convergência, na mesma modalidade de ação coletiva, das culturas de

classe, camponesa e originária: “[...] a assimilação, infiltração e repercussão do katarismo nas bases sociais bolivianas estão ligadas à articulação entre tradições étnico-culturais e elementos de classe tipicamente modernos.” (HASHIZUME, 2010, p. 175).

As tradições étnico-culturais marcam igualmente o quadro insurrecional equatoriano, um aspecto que representa grande proximidade entre este e o que foi observado na Bolívia. É significativo que em ambos os países a palavra Pachakutik apareça na denominação de agentes desse tipo de ação política: o referido Movimento de Unidade Plurinacional Pachakutik – Novo País (MUPP-NP), no Equador, e o Movimento Indigenista Pachakutik, na Bolívia.

O termo pertence às tradições andinas, de perfil inclusive messiânico. O antropólogo peruano Juan Ossio Acuña informa que textos antigos consideravam ter a conquista espanhola alterado a ordem no mundo andino, provocando um cataclisma ou *pachacuti* (ENTREVISTA..., 2012). Pacha significaria “mundo”, e cuti, “se transforma”. Mas a utilização do vocábulo no âmbito do MUPP-NP ocorre sob a conotação (certamente positiva e esperançosa) de “nova era”, conforme captado diretamente por Freidenberg e Sáez (2001).

Seja na Bolívia ou no Equador, as problemáticas étnica e de classe se articulam, nos respectivos movimentos indígenas, em interações complexas porém com importantes especificidades (como o peso histórico do

sindicalismo mineiro na Bolívia), sob o signo do agravamento das condições de vida e trabalho em meio ao turbilhão neoliberal. Segundo Cordero (2008, p. 130, tradução nossa),

Frente aos governos “neoliberais” [...], a integração de identidades étnicas com componentes classistas foi liderada por MAS [*Movimiento al Socialismo*, na Bolívia] e Pachakutik [no Equador], os quais questionaram os modelos econômicos de abertura comercial e de investimentos e de apropriação estrangeira de recursos naturais, e se aproveitaram das reformas políticas que buscaram maior participação para ocupar espaços no cenário político e ampliar a participação de setores antes excluídos.

Outras especificidades nas motivações

Portanto, foi de muita instabilidade o contexto do aguçamento do movimento indígena equatoriano nas últimas décadas. Contribuíram fatores tanto internacionais quanto específicos, estes vinculados quer à internalização de “orientações externas” (como na política econômica, em geral), quer a elementos estruturais e históricos.

Sobre os últimos, deve-se chamar a atenção para aspectos econômicos como fragilidade do mercado interno, baixa produtividade, altos níveis de desemprego e subemprego, fraca integração entre as regiões do país, rarefeitas conexões intersetoriais na produção e forte dependência externa em bens de capital, insumos e matérias primas. O contexto de crise nos anos 1980 e 1990 e o agravamento das condições sociais por conta das políticas neoliberais executadas

deflagraram a rebelião. Nesse processo, intervieram outros aspectos de cunho estrutural e histórico – assimiláveis às tradições étnico-culturais –, imbricados com questões de classe, também sob a motivação da tentativa de modificar um histórico de escassa presença das comunidades indígenas na vida política.

Mas há igualmente especificidades com respeito aos motivos das ações indígenas na região amazônica, de um lado, e na andina, de outro. Na primeira, as iniciativas representaram igualmente respostas às percebidas ameaças a direitos sociais e econômicos anteriormente conquistados, sinalizadas por mudanças, entre outros fatores, nos mercados de trabalho durante os anos 1980 e 1990. Também provocou reações a penetração de grandes companhias petrolíferas, madeireiras e projetos do agronegócio de exportação na Amazônia, com a complacência ou a cumplicidade do Estado.

As comunidades indígenas se manifestaram em movimentos de forte conteúdo étnico, desencadeados por processos situados, portanto, nas esferas econômica e política. Redes transcomunitárias, aptas à mobilização local, regional, nacional e mesmo internacional, cumpriram importante papel, encorajando contatos entre diferentes ativistas e comunidades. A ascensão do katarismo na Bolívia, aludida anteriormente, há de ter influenciado essa dinâmica.

Na região serrana, houve mudanças na orientação das políticas de desenvolvimento rural, sob as diretrizes do FMI e do Banco

Mundial. Como foi possível observar também na região amazônica, exerceram influência as mudanças nas ações do Estado, quando dos ajustes estruturais nos anos 1980 e 1990. O setor público abdicou de medidas estruturantes, favorecendo a atuação de instituições majoritariamente privadas.

Mas, sobretudo por não atingir os produtores rurais pobres, revelou-se frustrante a adotada opção por estratégia de desenvolvimento rural que implicava a renúncia à transformação estrutural. O cerne dessa estratégia, de fato, traduzia-se na adesão a projetos focalizados e de reflexos rápidos (KOROVKIN, 1997; MARTÍNEZ VALLE, 1995). Processos na esfera da economia, portanto, ajudaram a cevar a movimentação indígena – com fortes contornos étnicos – também na região serrana. Nesse ambiente, o peso das tradições étnico-culturais foi marcante nas ações protagonizadas.

As ONGs participaram intensamente da referida estratégia de desenvolvimento rural, de um modo amplo (PICAS CONTRERAS, 2001). Embora não constituísse novidade no Equador, sua presença cresceu notavelmente desde o início dos anos 1980 (ZALDIVAR, 2009), mas com redefinição nas prioridades. Da contestação ao governo e das iniciativas de organização social e politização (durante as reformas agrárias), passaram a insistir em “[...] colaboração, concertação e intermediação nos processos sociais, [...] participação popular e [...] distanciamento da política formal”

(CHIRIBOGA, 1987, p. 39). Não obstante uma notável diversidade de projetos, sua agenda básica, sintonizada com orientação do Banco Mundial, buscava articular etnia e desenvolvimento rural.

Repercussões do movimento indígena equatoriano: uma história em construção

O movimento indígena equatoriano repercutiu na sociedade daquele país e obteve realizações importantes. Merece destaque, talvez principalmente, a demonstração de capacidade para a mobilização geral e o confronto, embalados pelo descontentamento e dando prova de disposição reivindicatória.

Mobilização, reivindicações, realizações

O Primeiro Levante Indígena Nacional (junho de 1990) foi ilustrativo da capacidade de mobilização. Envolveu a insurgência de milhares de índios, sobretudo andinos, invadindo rodovias, formando barricadas, fechando acessos às cidades e exigindo a presença de autoridades para debater os conflitos fundiários (MACAS, 1991). Para Guerrero (1997), foi a primeira vez, naquele país, que a voz efetivamente indígena se pronunciou em nível nacional, “informando” sem intermediários sobre os problemas dessas populações. O episódio mostrou que esses povos “falam”, quer dizer, são sujeitos políticos.

A experiência se repetiu em junho de

1994, com o Segundo Levante, convocado pela CONAIE para repelir a *Ley de Desarrollo Agrario*. Um motivo maior do rechaço era que, na perspectiva indígena, essa lei impedia a divisão das grandes propriedades. A cobertura televisiva permitiu ampla repercussão e mostrou um ativismo indígena com, além de tudo, grande simbolismo.

Figurou entre outras ações insurgentes a Marcha dos Pueblos Amazônicos rumo a Quito, em 1992, na defesa do reconhecimento dos territórios ancestrais. Um importante desdobramento foi a já mencionada participação eleitoral de candidatos indígenas, na esteira do surgimento do Pachakutik. Esse envolvimento indicaria uma abertura da democracia, traduzida na ascensão do movimento indígena “[...] à estrutura de poder político utilizando os mesmos mecanismos democráticos usados pelo resto da sociedade” (SERRANO, 2001, p. 102).

A ressonância dessa movimentação indígena no plano societário, em escala de país, não foi pequena. A rebelião alçou à condição de objetos de deliberação social o racismo e a opressão cultural, historicamente desconsiderados nos debates mais amplos e nas atenções em nível institucional. Com efeito, o movimento indígena conseguiu, nesse período, “[...] desnudar o caráter social e culturalmente diverso da sociedade e problematizar os dispositivos concretos de poder sobre os quais se funda a opressão étnica” (BARRERA, 2002, p.101).

Sobretudo, avançou-se no tocante aos

direitos coletivos para as comunidades e nacionalidades indígenas. A Assembleia Constituinte de 1998 reconheceu o caráter pluricultural e multiétnico do Estado, e a Constituição de 2008 abrigou o entendimento jurídico e institucional sobre o Estado como plurinacional e sobre a sociedade como intercultural. Embutidos nessas realizações estão o questionamento da ideia de Estado homogêneo e unitário e a sensibilidade para com as demandas de autonomia das várias nacionalidades.

Trata-se ainda, no processo em consideração, de aprofundamento do caráter democrático da ação indígena, de um modo geral. De fato, ampliou-se o escopo da participação desses povos na gestão dos seus territórios e reconheceu-se a diversidade de formas de organização da justiça, levando em conta as diferentes práticas comunitárias.

Vale ainda mencionar, sobre os efeitos, o tipo de ação associada ao Projeto de Desenvolvimento dos Povos Indígenas e Negros do Equador (PRODEPINE), do Banco Mundial. Seu período é significativo: surgiu em 1995, um ano após o Segundo Levante Indígena Nacional, autorizando interpretar a iniciativa da sua criação como uma reação à maré montante da insurgência indígena.

Concebido, conforme Diaz-Polanco (2006), no marco do “multiculturalismo neoliberal”, esse projeto canalizou as atenções de lideranças indígenas para aspectos quantitativos de ações a executar e de recursos financeiros a manusear. Focalizavam-se o

financiamento e o assessoramento de organizações regionais pertencentes à base da CONAIE, para lhes permitir controlar e supervisionar iniciativas em seus territórios. O projeto fortaleceu as organizações indígenas, pois centralizou as decisões e a distribuição de recursos entre as elites locais, produzindo centenas de subprojetos nos Andes equatorianos (UQUILLAS, 2002; ZALDIVAR, 2009).

Ambiguidades e contradições

Os levantes indígenas evidenciaram capacidade de mobilização para ações coletivas de reivindicação e confronto e de elaboração de discursos com identidade própria, transmitindo imagem de consenso nas posições. Mas contradições ou dubiedades não estão ausentes, e isso representa desafios. Um aspecto é que as lideranças costumam registrar participações em projetos de desenvolvimento envolvendo o governo e instituições como a igreja ou partidos políticos (GUERRERO, 1996). Isso é fonte de ambiguidade nas estratégias e ações, segundo Barrera (2002).

A rigor, não é só de ambiguidade que se trata. A conduta de, simultaneamente, insurgência contra a ordem, impulsionada, em princípio, por ideário nacional popular, e participação eleitoral e até engajamento nas atividades do Estado, permite falar em antinomia. As próprias lideranças indígenas se interrogam sobre como manter a legitimidade da luta contra um Estado visto como opressor,

paralelamente à participação no jogo político institucionalizado. Escutá-las sobre isso significa utilizar fonte oral que representa importante testemunho sobre questões centrais do movimento indígena.

Essa é uma contradição que enfrentamos cotidianamente e que no futuro teremos que definitivamente encerrar. O movimento indígena tem como objetivo a destruição do Estado de direito nos moldes em que hoje ele é concebido. O que acontece é que, ao fazer parte desse Estado, nós o fortalecemos, o que se opõe radicalmente à nossa estratégia maior. [...] Esse é o maior perigo para todos os movimentos sociais que optam pela luta institucionalizada. Estamos conscientes do tamanho do dilema. (Entrevista realizada em Quito com o Coordenador da Juventude da CONAIE, em 10/12/2012).

Merece realce que se pode observar nessa fala a percepção sobre aspecto que define ou identifica o movimento indígena, segundo a proposta de Touraine (1965) utilizada por Castells (2010) na análise das ações zapatistas, como apontado anteriormente. O aspecto em questão refere-se ao adversário a ser combatido, indicado como o “Estado de direito nos moldes em que hoje ele é concebido.” Mas o adversário é maior (e mais difuso) em algumas opiniões captadas. Nessa mesma entrevista, o Coordenador de Juventude da CONAIE frisou que “[...] o movimento indígena está caracterizado pela luta permanente contra o capitalismo e sua versão neoliberal. Todas as decisões, portanto, devem ter esse horizonte em vista.”

As lideranças percebem que uma consequência do sugerido pragmatismo – relativo à participação no jogo político

institucionalizado – é a contração das pautas de debate e atuação e o rebaixamento do sentido histórico da rebeldia indígena. Embora as reivindicações principais tratem hoje de saúde, educação, justiça e demarcação e autonomia dos territórios indígenas, as comunidades sabem que “[...] tudo isso é paliativo e imediato. A luta do movimento indígena tem um objetivo muito maior. Para nós o acúmulo de capital para acumular mais capital não significa desenvolvimento. Ao contrário, o processo de acumulação deteriora o meio ambiente” (Entrevista realizada em Puyo com o Presidente da CONFENIAE, em 16/12/2012). Rever as condutas, por reconhecer que os ganhos poderiam ser maiores, é uma necessidade para alguns líderes. Depoimento com sentido de memória “viva” ressalta esse problema.

Entre os anos 1980 e 1990, o movimento indígena teve que escolher uma estratégia para continuar a sua luta. Três posições estavam em disputa: a via da mobilização, a via armada e a via eleitoral. Ganhou a última, e a criação do partido foi o passo mais lógico. Agora essa estratégia passa por uma análise crítica, e questionamos se foi a melhor escolha. (Entrevista realizada em Quito com o Coordenador da Juventude da CONAIE, em 10/12/2012).

A sedução de iniciativas como o mencionado PRODEPINE pode ter refreado comportamentos de maior radicalismo. O desenvolvimento rural integrado institucionalizou a alteridade cultural, mas, disponibilizando recursos, financiando projetos e fortalecendo as posições de

membros das elites indígenas, parece ter desencorajado a crítica e mesmo neutralizado, de algum modo, o ímpeto contestatório. Mais ainda, ao privilegiar institucionalmente a problemática étnica, o PRODEPINE teria ajudado a fragmentar o mundo rural por critérios de identidade, fazendo crescer a concorrência e a desunião devido à divisão entre beneficiários (indígenas) e não beneficiários (os demais) do acesso aos recursos (DONOSO-CLARK, 2003).

A deriva étnica incrustada nas iniciativas de organizações internacionais atuantes no Equador teria representado priorização de aspectos culturais e de identidade, em detrimento da agenda classista, criando dificuldades para a interlocução com outros setores sociais. O motivo é que a reivindicação de cidadania assim escorada teria deslocado os questionamentos de caráter mais estrutural e, ao mesmo tempo, impulsionado o ideário “projetista” e imediatista, comprimindo o próprio campo de forças em que atua o movimento indígena.

Problemas e desafios para o movimento indígena institucionalizado

Tudo isso se refletiu na agenda da CONAIE desde o final dos anos 1990. Com sucessivas crises na esfera nacional, a organização arrefeceu sua ação contestatória e adotou a barganha política como estratégia. Ganharam corpo procedimentos compatíveis com a lógica da criação do PRODEPINE, que

promoveu a fragmentação do movimento e a exploração da etnificação e cooptação (SERRANO, 2001).

A incorporação dos direitos coletivos indígenas pela Constituição de 2008, reconhecendo o caráter plurinacional e intercultural do Estado e da sociedade – com aquelas nacionalidades sendo consideradas sujeitos de direito –, representa importante realização. Todavia, a letra da lei não basta, como assinalado por fonte oral que é testemunha viva e agente do movimento indígena: nas palavras do Coordenador da Juventude da CONAIE, entrevistado em Quito (em 10/12/2012), “No Equador já conquistamos uma legislação específica em favor dos indígenas. [...] [Mas] Há uma imensa defasagem entre as normas e a efetivação das mesmas”.

É sugestivo que, comparando a situação de 2008 com a de 1998, anos correspondentes aos limites do período em que foi instituído o tratamento jurídico e institucional dos direitos coletivos, a CONAIE (2009, p. 21) tenha asseverado que “[...] os povos indígenas estão piores do que antes.” Essa avaliação contém uma forte crítica à Constituição de 2008, posição registrada igualmente durante a pesquisa de campo, nas opiniões de lideranças indígenas sobre os problemas dos territórios e seus recursos. Segundo diversos testemunhos, o tratamento concedido a esse assunto na Constituição foi insuficiente e problemático.

O reconhecimento do direito de

conservar a propriedade ancestral da terra, mantendo-a sob a condição de não dividir ou alienar, foi considerado uma grande conquista. Mas a Constituição fala em direitos sobre terras, em vez de territórios, e são estes que, na ótica dos indígenas, deveriam ser o foco, pelo que representam em termos históricos, culturais, políticos e religiosos (DAES, 2000).

A Constituição também garante a consulta prévia das comunidades sobre os planos e programas de prospecção, exploração e comercialização de recursos não renováveis dessas terras. Todavia, o texto também diz que, mesmo na ausência de consentimento das coletividades indígenas, a exploração poderá acontecer. Indignação particular foi manifestada, pelas lideranças consultadas, com respeito à *Ley de Minería*, em vigor desde 2009, cuja elaboração transcorreu sem que as comunidades fossem ouvidas. Segundo diferentes fontes orais, essa lei violaria vários direitos indígenas previstos na Constituição, entre eles os de preservação das riquezas naturais de suas áreas.

A posição das lideranças é clara sobre o irrecusável direito das comunidades de interferir nessas decisões. Isso se depreende da manifestação de uma importante fonte oral, em testemunho prestado por quem vivencia intensamente (e ajuda a construir) a história do movimento indígena equatoriano: o Presidente da CONFENIAE (entrevistado em Puyo em 16/12/2012), em crítica ao envolvimento do Banco Interamericano de Desenvolvimento em projetos com associações indígenas.

Eu, como indígena, não penso que seja possível um organismo internacional liderar um processo de desenvolvimento sustentável no seio de um bioma como é o caso da Floresta Amazônica. A iniciativa não deve ser imposta de cima para baixo, mas proposta por nós, que conhecemos de perto as complexidades da floresta. Os governos nacionais e os organismos internacionais têm uma perspectiva mundial, mas desconhecem a realidade local.

Note-se que, em diferentes experiências, o reconhecimento pleno dos direitos indígenas, assegurando a proteção das reservas de recursos e o controle da sua utilização sustentável, costuma ser considerado um obstáculo ao crescimento econômico nacional, como assinala Dunaway (2003). Esse aspecto ajudaria a entender o “hiato de execução”, no Equador, das recomendações de organismos internacionais como a ONU – quanto à proteção dos direitos desses povos – e o pequeno avanço em mudanças efetivas mesmo depois que o caráter plurinacional e intercultural do Estado e da sociedade foi consignado na Constituição.

O desconforto da CONAIE frente ao problema não é pequeno. Segundo a fonte oral representada pelo seu Coordenador da Juventude (entrevistado em Quito em 4/12/2012), “Mais uma vez, o indígena, ao ser contrário às grandes obras de infraestrutura e à exploração do petróleo na região amazônica, foi visto como um entrave ao desenvolvimento nacional”. Ou seja, difunde-se a imagem de que o movimento indígena é contrário ao desenvolvimento econômico, aumentando as

dificuldades de representação dos correspondentes atores, tendo em vista serem enormes as carências e necessidades sociais no Equador.

Considerações finais

Permeado de um histórico sentido insurgente, o movimento indígena equatoriano tornou-se um sujeito político capaz de resultados como a instalação de um Estado plurinacional e intercultural, apesar da lacuna entre o previsto constitucionalmente e a realidade. Abordar esse movimento no domínio da historiografia remete à história do tempo presente, que perscruta os eventos no calor da sua ocorrência. Essa característica faz das fontes orais e das testemunhas, ou seja, da memória viva, o arsenal básico de instrumentos desse tipo de historiador, que igualmente se depara, em diferentes circunstâncias, com uma história em devir.

Esse caráter de história em construção se exprime também no fato de que, na história do tempo presente do movimento indígena equatoriano, relevantes questões dessa agenda política continuam pendentes. Entre elas figura, com grande destaque, a efetivação dos direitos institucionalizados dessas comunidades e a adoção de medidas que realmente melhorem as condições de vida no seu seio. Aspecto que aprofunda a complexidade do quadro é que, na trajetória recente do movimento, o perfil nacional popular de suas ações, expressão equatoriana de uma duradoura trajetória na

América Latina, parece ter sido abrandado.

A observação efetuada “a quente” dessa história em construção, por meio de fontes orais que representam testemunhas importantes, sugere que, no tocante à organização do movimento, é necessário que a CONAIE supere o que se apresentaria como um embate entre comunidades amazônicas e da região serrana. A disputa contrapõe posições favoráveis à obtenção do maior volume possível de recursos públicos, mesmo que isso signifique queda do vigor contestatório, e visões muito menos interessadas em evitar o enfrentamento entre indígenas e o Estado, preservando a conduta insurgente. No Pachakutik seria preciso redefinir o projeto político, sopesando as vantagens da adesão à linha étnica em detrimento de um maior pluralismo nas iniciativas. Está em jogo o reconhecimento amplo, a abrangência e a legitimidade das propostas, em escala nacional.

A atualidade impõe premência ao debate no interior do movimento, indagando, sobretudo, sobre a continuidade da sua capacidade de ação. Nessa história em devir, é importante considerar que o epicentro da questão agrária equatoriana parece estar migrando do sopé da serra andina para as planícies tropicais da costa e para a densa selva amazônica do oriente. Isso se dá concomitantemente à expansão de grandes empresas bananeiras e “empórios” agroexportadores nos quais vicejam problemas trabalhistas e repressão sindical. Forma-se um

proletariado em situação de adversidade extrema, em meio à complacência ou mesmo, talvez, à cumplicidade das autoridades.

Acompanhar e analisar os desdobramentos desse processo é tarefa para outros exercícios em história do tempo presente que tenham a atenção voltada para o movimento indígena equatoriano.

Referências

ACOSTA, A. *Breve história econômica do Equador*. Brasília: FUNAG, 2006.

BARRACLOUGH, S. L. Agricultural policy and strategies of land reform. In: HOROWITZ, I. L. (Ed.). *Masses in Latin America*. New York: Oxford University Press, 1970, p. 95-171.

BARRERA, A., El movimiento indígena ecuatoriano: entre los actores sociales y el sistema político. *Nueva Sociedad*, n. 182, p. 90-105, 2002.

BÉDARIDA, F. L'historien régisseur du temps? Savoir et responsabilité. *Revue Historique*, t. CCXCVIII/1, p. 3-24, 1998.

BÉDARIDA, F. Le temps présent et l'historiographie contemporaine. *Vingtième Siècle, Revue d'Histoire*, n. 69, p. 153-160, 2001.

BERRAONDO LÓPEZ, M. Pueblos indígenas y derechos territoriales: entre el derecho consuetudinario y el derecho constitucional. In: BORJA JIMÉNEZ, E. (Ed.). *Diversidad cultural: conflicto y derecho*. Nuevos horizontes del derecho y de los derechos de los pueblos indígenas en latinoamérica. Valência: Tirant lo Blanch, 2006, p. 161-192.

BRAUDEL, F. História e ciências sociais. A longa duração. In: *Escritos sobre a história*. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1992, p. 41-78.

CASTELLS, M. *A era da informação: economia, sociedade e cultura. V. 2 – O poder da identidade.* São Paulo: Paz e Terra, 2010

CESA. *El campesinato de Chimborazo: situación actual y perspectivas.* Quito: CESA, 1997.

CHIRIBOGA, M. La reforma agrária y la modernización en América Latina: nuevos actores, nuevos contenidos. COLOQUIO LAS SOCIEDADES RURALES HOY, México, D.F., 1987. [mimeo].

CONAIE. *Las nacionalidades indígenas en el Ecuador: nuestro proceso organizativo.* Quito: TINCUI-CONAIE, Abya-Yala, 1989.

CONAIE. *Proyecto político de la CONAIE.* Quito: Consejo de Gobierno de la CONAIE, 1994. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/292576751/Proyecto-politico-de-la-CONAIE-1994> Acesso em: 25 ago. 2018.

CONAIE. *Los derechos colectivos de las nacionalidades y pueblos del Ecuador: evaluación de la década 1998 a 2008.* Quito: Abya-Yala, 2009.

CORDERO, S. *MAS y Pachakutik: la lucha por la inclusión política em Bolívia y Ecuador.* 2008. 219 f. Dissertação (Maestría en Ciencia Política) – Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales – Sede Ecuador, Quito, 2008.

DAES, E. I. *Las poblaciones indígenas y su relación con la tierra.* Informe Final. Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, E/CN.4/Sub.2/2000/25, 30 jun. 2000.

DELACROIX, C. Demande sociale et histoire du temps présent, une normalisation épistémologique? *Espaces Temps*, n. 84-86, p. 106-119, 2004.

DÍAZ-POLANCO, H. *Elogio de la diversidad: globalización, multiculturalismo y etnofagia.* México, D.F.: Siglo XXI, 2006.

DOMINGUES, J. M. *A América Latina e a*

modernidade contemporânea: uma interpretação sociológica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

DONOSO-CLARK, M. Rural development. In: FRETES-CIBILIS, M. V.; GIUGALE, M. M.; LÓPEZ-CÁLIX, J. R. (Eds.). *Ecuador: an economic and social agenda in the New Millenium.* Washington, D.C.: The World Bank, 2003, p. 369-391.

DOZER, D. M. *América Latina: uma perspectiva histórica.* Porto Alegre: Globo, 1966.

DUNAWAY, W. A. (2003). Ethnic conflict in the modern world-system: the dialectics of conter-hegemonic resistance in an age of transition. *Journal of World-Systems Research*, v. 9, n. 1, p. 3-34, 2003.

ENTREVISTA al Dr. Juan Ossio Acuña. *Revista Haucaypata*, v. 2, n.4, p. 116-124, 2012.

ESTATUTOS del Movimiento de Unidad Plurinacional Pachakutik Nuevo Pais. S.d. Disponível em: <http://americo.usal.es/oir/opal/Documentos/Ecuador/Pachakutik/Estatutos%282006%29.pdf> Acesso em: 15 dez. 2013.

FRANK, A. G. *Capitalism and underdevelopment in Latin America.* New York: Monthly Review Press, 1967.

FREIDENBERG, F.; SÁEZ, M. A. Movimiento Unidad Plurinacional Pachakutik – Nuevo País. In: *Los dueños del poder: los partidos políticos en Ecuador (1978-2000).* Quito: FLACSO – Sede Ecuador, 2001, p. 236-264.7

GARCIA, P. Essor et enjeux de l'histoire du temps présent au CNRS. *La Revue pour l'Histoire du CNRS*, n. 9, p. 1-11, 2003.

GUERRERO, A. *El levantamiento indígena de 1994.* Discurso y representación política en Ecuador. Nueva Sociedad, n. 142, p. 32-43, 1996.

GUERRERO, A. Poblaciones indígenas, ciudadanía y representación. *Nueva Sociedad*, n. 150, p. 98-105, 1997.

HARVEY, D. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

HASHIZUME, M. H. *A formação do movimento katarista: classe e cultura nos Andes bolivianos*. 2010. 218 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

HOBSBAWM, E. J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

KEMPF I. “Resistiendo al viento”: avances y retrocesos en el desarrollo reciente de los derechos de los pueblos indígenas en las Naciones Unidas. In: MARTÍ I PUIG, S. (Ed.). *Pueblos indígenas y política en América Latina: el reconocimiento de sus derechos y el impacto de sus demandas a inicios del siglo XXI*. Barcelona: Fundación CIDOB, 2007, p. 161-180.

KOROVKIN, T. Indigenous peasant struggles and the capitalist modernization of agriculture: Chimborazo, 1964-1991. *Latin American Perspectives*, v. 24, n. 3, p. 25-49, 1997.

LINS, H. N. Estado e embates socioterritoriais na Bolívia do século XXI. *Revista de Economia Política*, v. 29, n. 2, p. 228-244, 2009.

MACAS, L. *El levantamiento indígena visto por sus protagonistas*. Quito: ILDI, Abya-Yala, 1991.

MARIÁTEGUI, J. C. *7 ensayos de interpretación de la realidad peruana*. Caracas: Ayacucho, 1979.

MARTÍNEZ VALLE, L. Desarrollo rural: limitaciones y alternativas. *Ecuador Debate*, n. 35, p. 126-133, 1995.

MAYA, M. Recesión y salario real en el Ecuador, 1980-1993. *Ecuador Debate*, n. 29,

p. 82-90, 1993.

MIGNOLO, W. D. Evo Morales en Bolívia. *Revista del Sur*, n. 164, [S.p.], 2006. Disponível em: www.redtercermundo.org.uy Acesso em: 10 out. 2006.

PETRAS, L. *Politics and social structure in Latin America*. New York: Monthly Review Press, 1970.

PESCHANSKI, D.; POLLAK, M.; ROUSSO, H. Le temps présent, une démarche historique à l'épreuve des sciences sociales. In: PESCHANSKI, D.; POLLAK, M.; ROUSSO, H. (Dir.). *Histoire politique et sciences sociales*. Bruxelles: Éditions Complexe, 1991, p. 13-36.

PICAS CONTRERAS, J. *El papel de las organizaciones no gubernamentales y la crisis del desarrollo*. Una crítica antropológica a las formas de cooperación. 2001. 748 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de Barcelona, Barcelona, 2001.

PONCE, S. C. Estados plurinacionales en Bolivia y Ecuador. *Nueva Sociedad*, n. 240, p. 134-148, 2012.

ROUSSO, H. L'histoire du temps présent, vingt ans après. *Bulletin de l'IHTP*, n. 75, [S.p.], 2000.

ROYO, L. R.-P. La internacionalización de los derechos indígenas en América Latina: ¿el fin de un ciclo?. In: MARTÍ I PUIG, S. (Ed.). *Pueblos indígenas y política en América Latina: el reconocimiento de sus derechos y el impacto de sus demandas a inicios del siglo XXI*. Barcelona: Fundación CIDOB, 2007, p. 181-199.

SÁNCHEZ, F. Ecuador: el indio como problema. In: MARTÍ I PUIG, S. (Ed.). *Pueblos indígenas y política en América Latina: el reconocimiento de sus derechos y el impacto de sus demandas a inicios del siglo XXI*. Barcelona: Fundación CIDOB, 2007, p. 361-392.

SANTO AGOSTINHO. *Confissões*. São Paulo:

Nova Cultural, 1996.

SERRANO, F. G. Política, Estado y diversidad cultural: la cuestión indígena en la región andina. *Nueva Sociedad*, n. 173, p. 94-103, 2001.

SILVERIO CHISAGUANO, M. *La población indígena del Ecuador*. Quito: Instituto Nacional de Estadística y Censos, 2006.

STAVENHAGEN, R. Classes, colonialism, and acculturation. In: HOROWITZ, I. L. (Ed.). *Masses in Latin America*. New York: Oxford University Press, 1970, p. 235-288.

STEFANONI, P. MAS-IPSP: la emergência del nacionalismo plebeyo. *OSAL*, n. 12, p. 57-68, 2003.

TOURAINE, A. *Sociologie de l'action*. Paris: Seuil, 1965.

UQUILLAS, J. Fortalecimiento de la capacidad de autogestión de los pueblos indígenas y afro-ecuatorianos: el caso de PRODEPINE. PRIMER ENCUENTRO DE LASA SOBRE ESTUDIOS ECUATORIANOS, Quito, 18 a 20 jul. 2002. Disponible em: <http://www.yachana.org/ecuatorianistas/encuentro/2002/ponencias/uquillas.pdf> Acesso em: 7 dez. 2014.

ZALDÍVAR, V. B. S. de. La deriva identitaria del movimiento indígena en los Andes ecuatorianos o los límites de la etnofagia. In: MARTÍNEZ, C. (Ed.). *Repensando los movimientos indígenas*. Quito: FLACSO de Ecuador, 2009, p. 69-121.

ZAVALETA MERCADO, R. *Lo nacional-popular en Bolivia*. México, D.F.: Siglo XXI, 1986.